

*A distribuição dos níveis de instrução e suas implicações sobre a  
qualidade de vida em Catalão – GO*

*Distribución de nivel educativo y sus implicaciones en la calidad  
de vida en Catalão – GO*

*Distribution of educational level and its implications on quality  
of life in Catalão – GO*

Edir de Paiva Bueno  
Prof. do Deptº. de Geografia UFG/Regional Catalão  
epbufg@ig.com.br

## **Resumo**

Este artigo foi elaborado tendo como objetivo, avaliar no sentido quanti/qualitativo as mudanças socioeconômicas ocorridas no município, principalmente na cidade de Catalão a partir de 1970, e como estas, contribuíram para alterar os indicadores de desenvolvimento humano que repercussões na qualidade de vida da população. Com este intento, a análise está pautada nos dados dos setores censitários referentes a variável educação presente nos Censos de 1991 e 2000. Através do uso de mapas se busca demonstrar, tanto sob o ponto de vista dos dados, a sua distribuição espacial, bem como a distribuição dos níveis de instrução em seus aspectos básicos.

**Palavras-chave:** qualidade de vida, desenvolvimento humano, territórios urbanos.

## **Resumen**

Este artículo ha sido preparado con el objetivo de evaluar cuantitativos y cualitativa en cambios socioeconómicos que ocurrieron en la ciudad, sobre todo en la ciudad del Catalão a partir de 1970, y cómo éstas han contribuido a cambiar los indicadores de desarrollo humano que impactan en la calidad de vida de la población. Con esta intención, el análisis se basa en los datos de los sectores censales respecto a educación variable presente en los censos de 1991 y 2000. Mediante el uso de mapas se pretende demostrar, tanto desde el punto de vista de los datos, su distribución espacial, así como la distribución de los niveles de instrucción en los aspectos básicos.

**Palabras clave:** calidad de vida, desarrollo humano, territorios urbanos.

## **Abstract**

This article was prepared with the aim to evaluate the effect quantitative / qualitative socio-economic changes in the city, mainly in the Catalão'town, since 1970, and how these have contributed to changing the human development indicators that impact on quality of life population. With this intent, the analysis is guided by the data of the census tracts relating to education variable in this Census 1991 and 2000. Through the use of maps one seeks to demonstrate, both from the point of view of the data, their spatial distribution, and the distribution of the levels of education in their basic aspects.

**Keywords:** quality of life, human development, urban territories.

## **Introdução**

Em diversos países em vias de desenvolvimento existe muita pobreza entre a maioria da população, bastante riqueza entre alguns privilegiados e relativamente poucos indivíduos na posição intermediária. Por isto, nos países mais problemáticos, um dos objetivos da política de desenvolvimento econômico tem sido o de combinar crescimento econômico com uma melhoria na distribuição da renda e da riqueza. Uma das estratégias principais para a consecução de tal objetivo tem sido a de expandir o sistema educacional e tornar o ensino, em seus diversos graus, mais acessível a toda a população. No caso do Brasil, o que se observa é que a esperança que se depositava na

educação como instrumento para melhorar a renda e a equidade entre as pessoas não tem atingido seus objetivos. Isto acontece porque o crescimento do PIB não tem sido associado a uma diminuição das desigualdades. Desta forma, mesmo que se tenha um sistema educacional em expansão e haja um compromisso constitucional para com a democratização do ensino, não se obteve melhorias significativas.

Neste sentido, esperava-se que a expansão da escolarização e a igualdade das oportunidades educacionais promovessem uma distribuição mais igualitária da renda. A escolarização deveria contribuir para a formação de capital humano, fornecendo as habilidades e comportamentos produtivos que aumentariam a produtividade e qualidade de vida. Esperava-se também, que a escolarização tivesse um efeito direto sobre a redução da pobreza, através do provimento de educação para os analfabetos e para aqueles indivíduos situados no nível mais baixo da ordem social, possibilitando-lhes competir por trabalhos mais qualificados e reduzindo o excedente de trabalhadores não-qualificados.

### **Análise entre educação e distribuição de renda**

Nesta parte inicial da reflexão sobre esta temática, considerou-se importante rever teorias que versam sobre a relação entre educação e distribuição de rendimentos e de renda, a fim de se compreender melhor por que as previsões otimistas sobre educação e igualdade não tem sido corroboradas pelos fatos. Para muitos, há uma restrição ao tentar tornar a renda mais equitativa através da educação pois, a renda tem dois componentes, dos quais somente um é afetado diretamente pela educação. De acordo com Levin (1984):

A renda pode ser dividida em (a) rendimento, composto pelo salário ou remuneração proveniente do trabalho, e (b) renda não ganha, derivada da posse da propriedade. O último componente é formado por aluguéis, juros, dividendos e royalties e é originado da simples posse da propriedade e não do esforço do trabalho. Assim, grande parte da desigualdade de renda em todos os países capitalistas é devida na elevada concentração da propriedade nas mãos de uma pequena porção da população. (LEVIN, 1984, p. 18)

Como as políticas educacionais podem influenciar apenas na distribuição dos rendimentos resultantes do trabalho, uma importante fonte de desigualdade da renda

não é afetada pela educação. Por isto, é importante observar que todas as teorias que estudam a relação entre educação e distribuição da renda aceitam as limitações da educação enquanto instrumento que influencia apenas a distribuição dos rendimentos. Isto significa, portanto, que uma das principais fontes de diferenças de renda (a acentuada desigualdade na posse da propriedade), é deixada intacta pela educação, exceto na medida em que esta proporciona acesso e informação sobre os meios de aumentar a renda originária da propriedade.

Porém, o que se observa, ainda que tenha havido maior igualdade nos resultados educacionais e uma substancial expansão das matrículas escolares, é que não tem havido uma nítida tendência em direção a uma redução das desigualdades de rendimentos. Além disto, tem havido, ao longo do tempo, um aumento no nível de educação exigida pelos empregadores para determinados serviços bem como aumento dos níveis educacionais entre os desempregados. Isto é, um trabalhador somente pode melhorar sua condição de vida e rendimentos futuros obtendo relativamente mais educação que as demais pessoas com as quais concorre no mercado de trabalho.

Assim, enquanto a educação pode servir para redistribuir as oportunidades entre os indivíduos, alterando suas posições na fila de espera de empregos e entre os empregos existentes, ela pode ainda mudar a produtividade e os rendimentos destes empregos. Desta forma, a educação pode ser usada como fim e meio para mobilidade individual sem modificar a distribuição geral dos rendimentos e oportunidades.

Outra forma de analisar a relação entre educação, rendimentos e qualidade de vida é aquela indicada pela teoria da segmentação do mercado de trabalho apresentada por Richard, M. et al. (1975). Esta teoria afirma que os efeitos da educação dependeriam da distribuição das pessoas escolarizadas entre os diferentes mercados de trabalho. Os mercados de trabalho são tidos como sendo diferentes entre si, no que se refere ao seu funcionamento, havendo, por exemplo, profundas diferenças entre empregos do setor primário e secundário. Os empregos do setor secundário oferecem maior estabilidade, apresenta quantias substanciais de investimentos de capital por trabalhador e proporcionam sistemas de promoção bem articulados e oportunidades de treinamento. Os empregos do setor primário são quase sempre de natureza temporal ou sazonal com menos capital e pouca oportunidade para mobilidade em termos de carreira.

Como explicar o fato de a educação poder ser vista como grande potencial para possibilitar a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento humano, a aprendizagem e o sucesso econômico, quando a realidade parece ser diferente? Só se pode entender estas incoerências levando em conta o fato de que a educação apresenta, por exemplo uma possibilidade: promover a igualdade diminuindo ou acabando com a desigualdade. Estes dois papéis são intrínsecos à natureza da educação formal pois, a expansão da educação pode ser uma fonte libertadora, na medida em que proporciona conhecimento, valores, atitudes e aspirações para uma participação política plena e democrática de todos os cidadãos. Deve-se considerar, também, a dupla potencialidade da educação sobre o desenvolvimento humano. A educação pode ampliar as possibilidades para o pensamento, a comunicação, a cultura, a arte e assim por diante. Teoricamente os limites da educação só são encontrados nos limites de nossa imaginação.

De acordo com Coraggio (2000) outra especificidade inerente a pelo menos, uma parte da demanda de educação seria o caráter derivado das necessidades de aprendizagem pois, os conhecimentos e destrezas são vistos como recursos instrumentais para realizar determinadas ações ou tipos de ações produtivas, comunicativas, políticas etc, que possuem grande impacto sobre a qualidade de vida das pessoas. Assim, para ele:

Num momento em que as bases materiais da qualidade de vida e da própria sobrevivência das melhorias humanas estão em crise, parece válido concentrar a atenção no caráter instrumental do conhecimento. Esse sentido instrumental surge tanto de um ponto de vista sistêmico (econômico, social ou político) como do ponto de vista dos desejos dos indivíduos ou grupos. (CORAGGIO, 2000, p. 228)

Deste modo, a educação pode, por exemplo, melhorar a condição econômica das pessoas, o nível de nutrição e de saúde e facilitar a mobilidade social. Além destes há muitos outros. A educação pode proporcionar maior coesão social, assegurar estabilidade, consolidar valores democráticos, desenvolver a participação política e assim por diante. Num país em desenvolvimento, como o Brasil, muitas destas dimensões têm ganhado um significado maior em função de que a pobreza assume proporções consideráveis, a maior parte da renda e da riqueza se encontra nas mãos de uma minoria e as condições de saúde e de habitação estão bem aquém do desejável. Por

isto, a educação tem se tornado a única alternativa que resta para os pobres romperem com condições de vida inadequadas.

### Níveis de escolaridade e as implicações na qualidade de vida em Catalão

151

No caso de Catalão pode-se perceber que a distribuição dos níveis de escolaridade e as implicações que isto tem para a qualidade de vida possuem características marcantes e representam bem esta situação de desigualdades socioeconômicas. A tabela a seguir traz o perfil dos anos de estudo da população de Catalão entre 1970 e 2000.

A análise dos dados da tabela permitiu constatar que em 1970, do total de pessoas que tinham tido algum nível de instrução escolar, 5.622 tinham completado algum nível de instrução. Deste total, 4.535 tinham concluído o equivalente a 1ª fase do 1º grau, enquanto outras 700 pessoas tinham completado a 2ª fase do 1º grau, ou seja, tinham até a 8ª série. Em 1970, apenas 316 pessoas tinham completado o 2º ciclo (atual 2º grau) e apenas 71 tinham nível superior completo.

**Tabela 1** - Anos de estudo da população em idade escolar de Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000

<b>Anos de Estudo</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Sem instrução e – de 1 ano	8.059	9.328	5.606	3.988
1 a 3 anos	7.354	9.428	8.758	7.888
4 a 7 anos	3.701	10.658	17.394	21.510
8 a 10 anos	579	2.436	5.205	9.290
11 a 14 anos	293	1.710	4.780	8.730
15 anos ou mais	57	266	1.135	2.220
Não determinados	13	16	24	145
<b>Total</b>	<b>20.054</b>	<b>33.842</b>	<b>42.902</b>	<b>53.771</b>

Fonte: IBGE. Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Os dados de 1970 também nos revelaram o elevado percentual de pessoas que residiam no município e que se encontravam na situação de analfabetas ou com

baixos níveis de instrução, ou seja, 40,2% do total. Das pessoas que tinham algum nível de instrução, 55,1% tinha instrução que ia da 1ª série do 1º grau até ao correspondente a 7ª série da atual 2ª fase do 1º grau. Por isto, o percentual para aqueles que tinham da 8ª série para mais, era de apenas 4,7% do total da população com algum nível de instrução. Também, os dados do censo de 1970 apontavam uma tendência que era a de ter um processo crescente de analfabetismo à medida que as faixas de idade iam avançando, por exemplo, na faixa de 60 anos e mais, apenas 40,6% das pessoas sabiam ler e escrever.

Dados do Censo de 1970 indicaram também, que as mulheres de Catalão representavam 53,4% da população, constituíam a maioria das pessoas com nível de instrução elementar completa. Elas também eram maioria (51,8%) com o 1º ciclo concluído enquanto no 2º ciclo do 1º grau elas totalizavam 57,3%. Das pessoas que tinham concluído o 2º grau, era a maioria absoluta com 75,6%, enquanto as pessoas com nível superior a situação era inversa, ou seja; elas eram apenas 12,7%. Este quadro mostra as dificuldades financeiras e sociais que a maioria das pessoas do sexo feminino encontrava para se libertar dos laços familiares já que, para estudar no nível superior era preciso mudar para outros centros mais desenvolvidos como Uberlândia, Goiânia e Brasília. De certa forma, este quadro mostra uma situação muito melhor do que aquela verificada para os homens pois, além de estudar por mais tempo, o número de pessoas analfabetas do sexo feminino era muito menor.

Os dados ainda revelaram que o perfil dos anos de instrução da população tinha se alterado de forma considerável na década de 1970. Esta constatação foi possível porque o Censo de 1980 revelou que o número de pessoas que se encontravam na situação de analfabetas ou com até 1 ano de instrução tinha diminuído proporcionalmente, para 27,6% da população em idade escolar, enquanto em 1970 eles representavam 40,2%. Houve, portanto, um recuo considerável pois, além de a população ter crescido, o número total de pessoas nesta situação, pouco tinha se alterado em relação a 1970.

Em 1980, entre as pessoas que tinham algum nível de instrução, 59,3% (20.086) tinham instrução que ia da 1ª série do 1º grau até o correspondente a 7ª série da atual 2ª fase do 1º grau. Esta informação mostrou que neste nível de instrução, em termos percentuais, a situação tinha mudado muito pouco no intervalo de 10 anos. Mas,

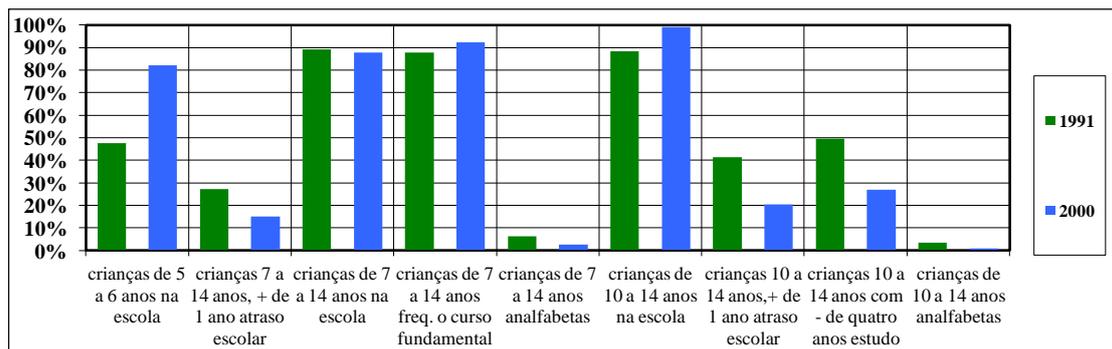
a análise em termos absolutos, mostrou que o total de pessoas neste nível de instrução tinha quase dobrado. Outro dado que mostrou uma melhoria no quadro educacional da população foi a alteração, em termos relativos, para aqueles que tinham da 8ª série para mais. Em 1980 este grupo passou a ser de 13,1% do total da população que tinha algum nível de instrução.

Por sua vez, os dados de 1991 apontaram para uma mudança substancial nos anos de estudo da população. Se no Censo de 1980, ainda era grande o número de pessoas que se encontrava entre 1 a 3 anos de instrução, neste ano elas tinham diminuído para 20,4%, enquanto aquelas que tinham entre 4 e 7 anos tinham aumentado para 40,5% do total. Mudança ainda mais significativa ocorreu para as pessoas que tinham de 8 a mais anos de estudo que passaram a ser 26% do total, enquanto em 1980 correspondiam a apenas 13,1%, ou seja, tinham dobrado a sua participação no período de 11 anos.

Para o Censo de 2000, os dados revelaram que tinha sido invertida a situação dos extremos, quanto aos níveis de instrução da população em idade escolar. Assim, naquele ano, 37,6% das pessoas contavam com 8 anos e mais de instrução, ao passo que apenas 14,7% se encontravam com níveis de instrução entre 1 a 3 anos e, apenas 7,4% se encontrava sem instrução alguma ou, com menos de um ano de escolaridade.

Um fato relevante e que deve ser destacado em função de sua importância para a qualidade de vida, foi o aumento significativo na quantidade de pessoas que tinham o 2º e 3º grau de instrução. Se em 1970 eram apenas 1,74%, em 2000 elas passaram a corresponder a 20,4% do total da população.

Para uma análise mais específica do que ocorreu com o perfil educacional da população, na década de 1990, utilizou-se também dos dados derivados dos Censos de 1991 e 2000, contidos no Atlas do IDH-M de 2003, que permitiu elaborar as figuras 50, 51 e 52.



**Figura 1** - Perfil educacional da pop. de 5 a 14 anos em 1991 e 2000 no município de Catalão. Fonte: PNUD/IBGE. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

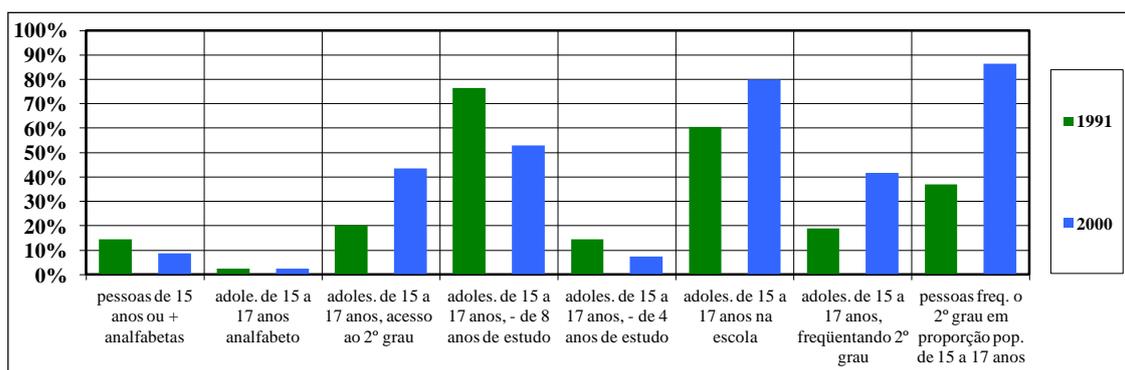
Na figura acima, pode-se perceber que houve um crescimento significativo no número de crianças de 5 a 6 anos na escola em relação a 1991 pois, em 2000, das 1.926 crianças, 1.563 (82,1%) estavam frequentando alguma escola. Este aspecto é importante porque diminui a possibilidade de no futuro se ter pessoas analfabetas, uma vez que as crianças, nesta fase da vida, possuem mais facilidade para a aprendizagem. O ingresso na escola de crianças nesta faixa de idade tem também, apelos socioeconômicos pois, possibilita as mães buscarem trabalho, nem que seja numa parte do dia. Outro fato é que, mesmo com menos filhos, ter filhos na escola também constitui um importante reforço no orçamento da família, porque se tem menos gastos, por exemplo, com a alimentação.

Este aumento também é reflexo da própria dinâmica da estrutura etária da população pois, com o passar do tempo, tem ocorrido uma menor proporção do número de escolas e salas de aulas em relação ao número de alunos a partir do 1º ano da 1ª fase do 1º grau em decorrência da redução da fecundidade. Assim, as salas de aula que passaram a ficar ociosas pela redução do número de crianças com 7 anos, abriram espaço para a inserção de crianças com idade entre 5 a 6 anos na pré-escola. Em Catalão, entre 1991 e 2000, foram construídas creches e adaptadas escolas, principalmente, nos bairros periféricos que tiveram, exclusivamente, a função de atender a esta faixa etária da população.

A elevação no acesso ao ensino fundamental das crianças entre 7 e 14 anos verificado em 2000 em relação a 1991, mostra que ainda se fazia necessário não apenas aumentar esta possibilidade, mas que fossem formulados programas educacionais que incluíssem as 687 pessoas (6,1% do total), que ainda se encontravam fora da escola. A

alta porcentagem de crianças entre 10 e 14 anos na escola em 2000 (99,1%), também teve repercussão na redução do analfabetismo entre as crianças. Em 1991 elas eram 3,3% e, em 2000, tinha diminuído para 1%.

Outra questão que chamou a atenção foi a redução no número de crianças que estavam com atraso escolar por faixas de idade. No caso daqueles que tinham + de 1 ano de atraso, em 1991 esta situação afetava a 27,9% das crianças entre 7 e 14 e a 40,5% daquelas da faixa etária entre 10 e 14 anos. Em 2000 estes percentuais tinham diminuído para 15,1% e 20,4%, respectivamente. Esta redução somente foi possível com a implantação dos programas chamados de aceleração educacional (bastante criticados sob o ponto de vista socioeconômico e pedagógico), que buscaram identificar os alunos com mais dificuldade de aprendizagem, os repetentes e aqueles que, por motivos os mais diversos, tinham parado de estudar. Esta situação também aconteceu em outras faixas etárias como se pode observar nas figuras a seguir.



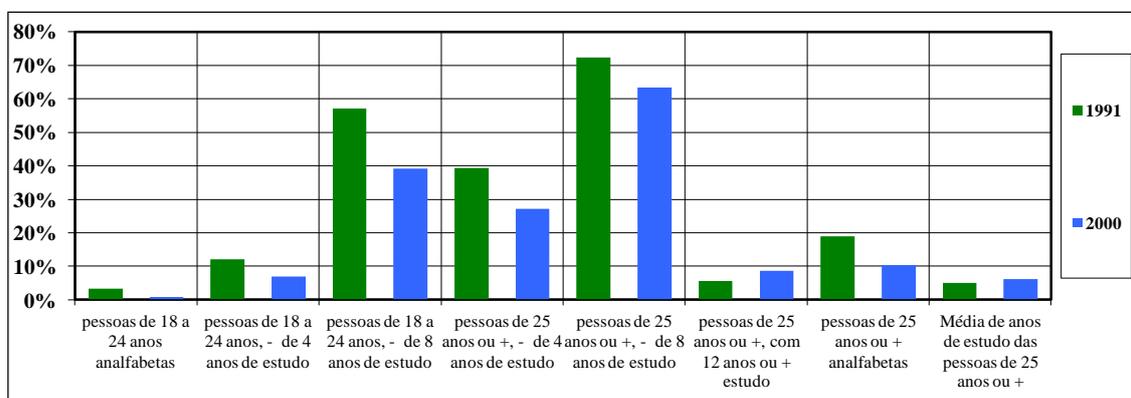
**Figura 2** - Perfil educacional da pop. de 15 a 17 anos em 1991 e 2000 no município de Catalão. Fonte: PNUD/IBGE. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

Embora todos saibam da importância de aprender a ler e escrever, o número de analfabetos com a idade de 15 anos ou mais, apresentou uma redução de apenas 5,7% dentre aqueles que se encontravam nesta condição entre 1991 e 2000. Segundo o Censo de 2000 ainda existiam em Catalão, 3.328 pessoas nesta situação vexatória, que reduz, sensivelmente, as possibilidades de uma vida decente. A existência destas pessoas também decorre do fracasso do sistema educacional que não possui políticas públicas para atacar a questão com determinação.

A tomada de consciência por parte dos pais e dos estudantes que, cada vez mais, o mercado de trabalho público e privado exige trabalhadores mais escolarizados,

fez com que ocorresse um aumento considerável na procura pelo 2º grau. Assim, enquanto em 1991, 36,9% do total dos adolescentes de 15 a 17 anos do município estavam freqüentando este nível de ensino, em 2000, este percentual tinha passado para 86,5%, ou seja, mais que dobrara. Nesta faixa etária o nível de analfabetismo se estabilizou em um patamar por volta de 2,4% da população ou seja; não houve avanço em 10 anos!

Por sua vez, a necessidade de aprender a ler e a escrever fez com ocorresse uma melhoria significativa na faixa etária de 18 a 24 anos pois, se em 1991, 3,4% das pessoas com esta idade eram analfabetas, em 2000 este percentual tinha diminuído para 0,8%. O perfil educacional da população de 18 anos e + de idade pode ser observado na figura 52 que reporta os dados de 1991 e 2000.



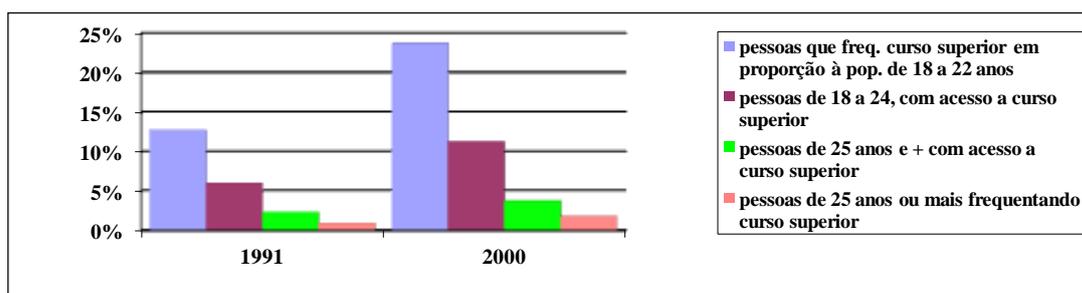
**Figura 3** - Perfil educac. da pop. de 18 anos e + de idade em 1991 e 2000 no munic. de Catalão.  
 Fonte: PNUD/IBGE. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

Aqui há que se fazer uma observação importante pois, a baixa escolaridade da população adulta, como no caso das pessoas na faixa etária de 25 anos e mais, tem impactos socioeconômicos importantes, porque reduz a produtividade do trabalho bem como transfere, para as gerações futuras, a obrigação de estudar por mais tempo e impede as pessoas de ter melhores oportunidades na vida. Neste caso, em 1991 a média era de 5,1 anos e em 2000, tinha passado para 6,14, ou seja uma média equivalente a 6ª série do 1º grau. Esta situação é tão importante, que muitas empresas em Catalão, têm criado programas de “incentivo” para seus funcionários continuarem estudando ou retornarem a escola para concluir, pelo menos, até o 2º grau.

Com relação ao acesso ao ensino superior, há de se destacar, o papel desempenhado pela implantação do Campus da UFG em 1986 e a criação do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC) em 1989. Estas instituições, conforme pode ser

observado na figura 52, trouxeram a oportunidade para que muitas pessoas conseguissem fazer um curso superior. Assim por exemplo, em 1991 para as pessoas entre 18 e 22 anos, apenas 6,8% delas frequentavam algum curso superior. Em 2000, este percentual tinha se elevado para 11,1%, o que ainda era muito pouco.

Esta situação é um reflexo do número reduzido de cursos e vagas na Universidade pública pois, a maioria da população não possui condições financeiras para pagar um curso superior em Universidade particular. Também, elas propiciaram a implantação de carreiras do magistério que contemplam salários mais elevados e a melhoria significativa na qualidade do ensino em função da qualificação profissional de professores das redes estadual, municipal e particular. Para se ter uma idéia desta situação, em 2000, 45,1% dos professores do ensino fundamental do município contavam com curso superior. A figura 53 traz o acesso ao ensino superior da população de 18 anos e + de idade em 1991 e 2000.



**Figura 4** - Acesso ao ensino superior da pop. de 18 anos e + de idade em 1991 e 2000.

Fonte: PNUD/IBGE. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

A importância do Campus da UFG em Catalão para a melhoria das condições de vida da população foi avaliada por Stacciarini (2000) quando afirmou o seguinte:

Assim, passadas (sic) duas décadas de muito trabalho, é difícil esquecer a luta de milhares de pessoas (...), que ajudaram a construir um grande Campus Avançado. Hoje, a UFG/Catalão já formou aproximadamente 1300 profissionais. Para se ter uma idéia do que isto significa em termos financeiros podemos destacar que 78% dos formados percebem salários acima de R\$ 1.200 mensais. (STACCIARINI, 2000, p. 2)

Com o objetivo de se verificar os índices de alfabetização da população da cidade de Catalão, tomou-se como referência dois grupos: o de 7 a 14 anos e o de 15 e mais anos. A partir deste critério foi possível verificar a distribuição percentual,

segundo os setores censitários, onde estava esta população. Isto possibilitou efetuar o cálculo de indicadores de educação para os dois grupos e o IDH da população para os respectivos setores censitários de 1991 e 2000.

A distribuição dos níveis educacionais também tem se mostrado, ao longo do tempo e na dimensão espacial, de forma bastante diversa. Para efeito de exemplificação desta situação, novamente nos reportamos ao estudo de Mestrado efetuado por Bueno<sup>1</sup>, quando se pode observar o nível de instrução dos entrevistados nos dois bairros que serviram de base para o estudo de caso. Neles, pode-se constatar que as diferenças educacionais se mostraram significativas porque, enquanto 79,4% dos entrevistados no Bairro Mãe de Deus (renda média-alta), possuíam nível de escolaridade a partir do 2º grau, aqueles da Vila Teotônio Vilela (renda baixa) se encontram, na sua maioria (79,1 %), nos níveis inferiores, referentes ao 1º grau e com poucos anos de escolaridade. Também, pode-se verificar no bairro Mãe de Deus, que os entrevistados possuíam um nível de escolaridade bastante diverso daquela que se verificou na Vila Teotônio Vilela. No primeiro caso, 55,8% possuíam 3º grau completo ou incompleto, enquanto, no segundo, existiam 18,7% dos entrevistados na condição de analfabetos. Em sentido comparativo, a população do bairro Mãe de Deus se adequa ao perfil da população de Catalão, na sua parte superior, enquanto a população da Vila Teotônio Vilela se adequa ao perfil geral da população que possui baixo nível de instrução.

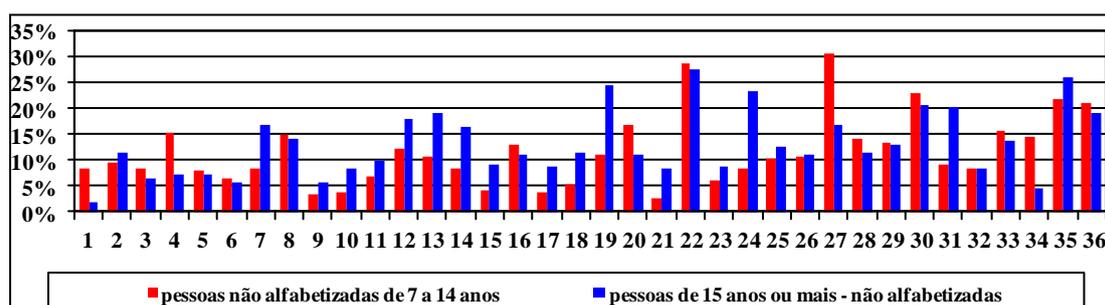
Assim, quando se compararam os dados de 1991 com aqueles equivalentes a 2000, observou-se que ocorreram mudanças importantes no IDH-educação da população pois, alguns setores aumentaram, enquanto outros diminuiram na classificação. Isto também, mostra que no, intervalo entre 1991 e 2000, ocorreram importantes rearranjos populacionais na cidade de Catalão, bem como a população de cada setor censitário agiu de maneira diferenciada em relação a educação.

A análise dos dados da tabela permitiu verificar que, diferentemente de 1991, quando cinco setores censitários tinham IDH-educação médio, em 2000, esta situação não mais se repetia. Os dados mostraram que em 1991 o nível educacional da população de Catalão já se apresentava com indicadores muito positivos e que, durante a década de 1990, ele continuou a crescer.

---

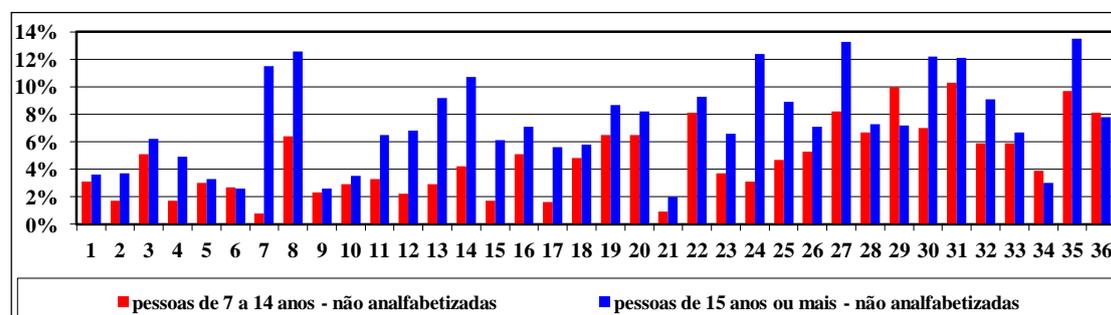
<sup>1</sup> (op. cit., conf. nota 62, p. 232)

Os dados que possibilitaram a elaboração dos índices que compõem o IDH-educação de Catalão, também permitiram elaborar as figuras a seguir que mostram, graficamente, a distribuição espacial e percentual das pessoas de 7 a 14 anos e de 15 anos e mais não-alfabetizadas, segundo os setores censitários de 1991 e 2000.



**Figura 5** - Distribuição das pessoas não alfabetizadas de 7 a 14 e de 15 anos e mais, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991.

Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.



**Figura 6** - Distribuição das pessoas não alfabetizadas de 7 a 14 e de 15 anos e mais, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 2000.

Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A análise dos dados sobre as características e a distribuição das pessoas não alfabetizadas, mostrou que em relação às pessoas de 7 a 14 anos, que as maiores reduções nas taxas de analfabetismo entre 1991 e 2000, ocorreram em setores censitários localizados em bairros, cujas populações são economicamente pobres. Foi o caso dos setores 27 (J. Catalão/Pontal Norte) com -23%; 22 (J. Paraíso) com -20,9%; 36 (Bairro Ipanema) com -13,2%. As menores reduções nas taxas aconteceram em setores que se situavam em bairros, que em 1991 já possuíam características de famílias de classe média e alta. Isto ocorreu porque os índices de alfabetização de suas populações

já eram altos em 1991. Para 2000, foi constatado que no setor 31 a taxa de pessoas analfabetas tinha aumentado em comparação a 1991 em mais 1%, ou seja, tinha passado de 9,3% para 10,3%. Em média, a redução nas taxas de analfabetismo verificado nos setores censitários foi de 6,96%.

A avaliação dos dados sobre analfabetismo em Catalão, possibilitou considerar que ocorreu uma diminuição sensível no número de pessoas de 7 e mais anos que se encontravam nesta situação entre 1991 e 2000. Ou seja, se em 1991 havia 9 setores censitários em que a percentagem de pessoas não alfabetizadas se encontrava acima de 15%, em 2000 este percentual caiu para a categoria de 6 a 10% em um total de 10 setores. Se em 1991 apenas em 4 setores havia até 5% de pessoas analfabetas, em 2000 existiam 10 setores mas, com porcentagem de até 3%.

Quanto às pessoas com 15 anos ou mais, as maiores reduções nas taxas de analfabetismo, também ocorreram em setores que se encontravam em bairros cujas populações são pobres. Os setores que se destacaram foram: 22 (J. Paraíso) com - 18,5%; 19 (Parte sul do bairro Santa Terezinha) com - 16% e 35 (Bairro Ipanema) com - 13%. As menores reduções ocorreram nos setores de números 3 (N. S. Fátima) com - 0,4%; 8 (São José) com - 1,6% e 23 (Monsenhor Souza e J. Brasiliense) com -2,3%. Também foi constatado que o analfabetismo tinha aumentando + 1,7% no setor 1 (Centro) e + 0,6% no 32 (Vila Chaud). A princípio, se poderia dizer que a instalação de escolas, o incentivo das pessoas e dos meios de comunicação de massa e as exigências da vida urbana foram as causas que levaram estas pessoas a estudar e a sair desta situação de escuridão.

É evidente que este processo não se deu de forma homogênea para o conjunto da população, em função de diferentes fatores sociais e econômicos que atuam no sentido de dificultar ou facilitar o acesso a diferentes níveis educacionais. Mas, o que se pode constatar quando se comparou os dados de 1991 e 2000, é que o aumento no índice educação se deu de forma mais consistente para as populações dos setores censitários que se encontravam com valores menores em 1991. Isto confirma o pressuposto de que é mais fácil sair de uma situação mais difícil do que continuar a crescer, a partir de certo patamar. Ou seja, é mais fácil diminuir um número elevado de analfabetismo, do que acabar com ele.

Em função do desnível verificado na escolaridade, pode-se também perceber, que existia uma diferença considerável na renda familiar dos grupos sociais em análise. Enquanto no Bairro Mãe de Deus, 88,2% dos entrevistados afirmaram que a renda da família era de mais de cinco salários mínimos por mês e que, dos entrevistados, 55,9% ganhavam mais de oito salários mínimos, na Vila, verificou-se que 77,1% dos entrevistados se encontravam numa faixa de renda familiar de até dois salários mínimos mensais. Esta clara distinção existente entre educação, renda e qualidade de vida se encontra, portanto, expressa na realidade socioespacial e no cotidiano de cada grupo social, tanto no local de moradia, quanto no dia-a-dia da vida urbana.

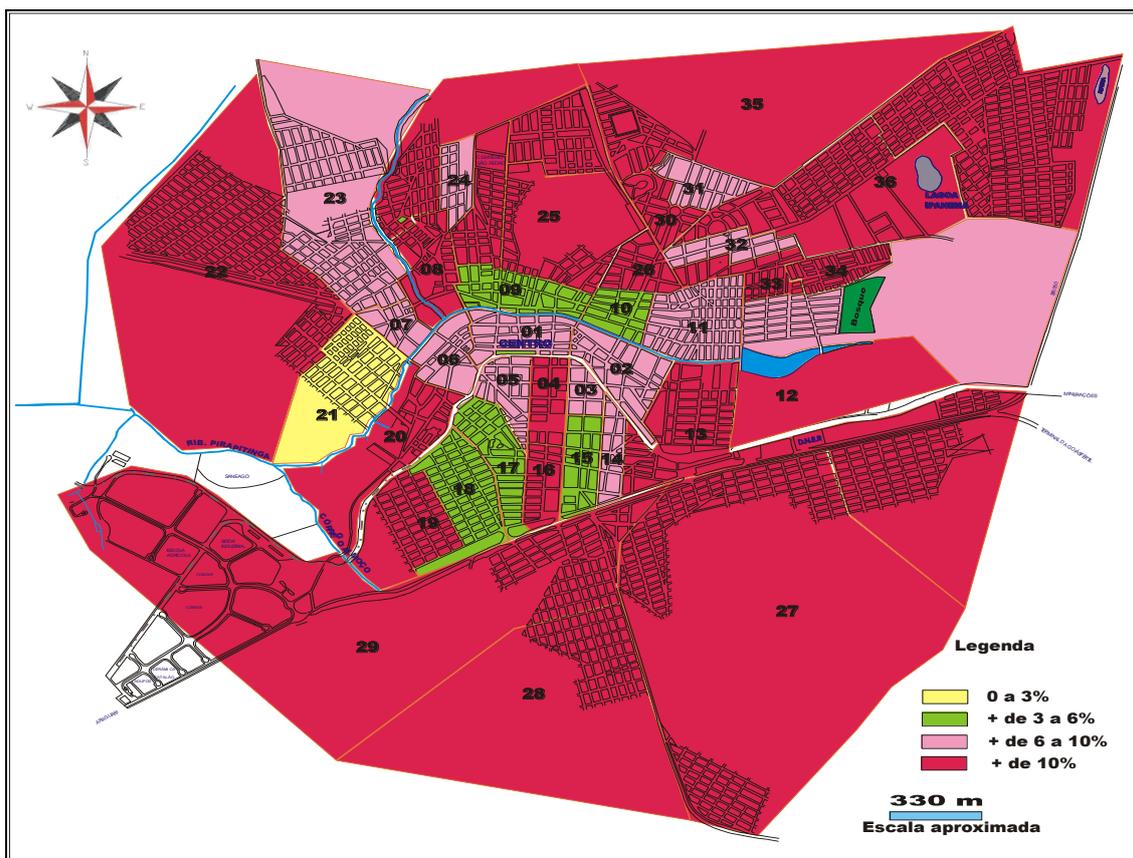
Os níveis de instrução e de renda se constituem, portanto, num dos principais aspectos sociais que contribuem fortemente para que, no cotidiano da cidade, ocorra a formação de territórios com níveis de qualidade de vida bem definidos, onde os diferentes segmentos sociais se encontram e criam espaços por identidades as mais diversas possíveis.

As figuras a seguir mostram a distribuição espacial do índice de analfabetismo para as pessoas entre 7 anos e – de 14 e de 15 anos e mais, segundo os setores censitários em 1991 e 2000. A análise comparativa das figuras mostrou que há uma tendência na homogeneização dos níveis educacionais pois, tem se reduzido os diferenciais de instrução entre os diferentes segmentos sociais. Como resultado desta diferenciação socioeconômica existente entre os diversos segmentos sociais, os espaços por eles frequentados e (re) elaborados no cotidiano são também diferenciados. Por exemplo, pode-se citar o caso dos alunos das escolas pública e privada. A divisão educacional acaba por perpetuar a divisão social e, portanto, a segregação sócio-espacial através da possibilidade de formação educacional.

Assim, os programas de transferência de renda têm projetado, para o futuro, a melhoria do nível de instrução das pessoas. Isto como consequência do fato de que o mercado de trabalho está, a cada momento, exigindo pessoas melhores preparadas. Porém, isto não significa que no futuro estas crianças, na sua grande maioria, atingirão níveis educacionais compatíveis com as imposições do mercado de trabalho. Para elas que no presente são obrigadas a frequentar uma escola, não significa que, no futuro, suas vidas serão melhores do que aquela que seus pais tiveram.

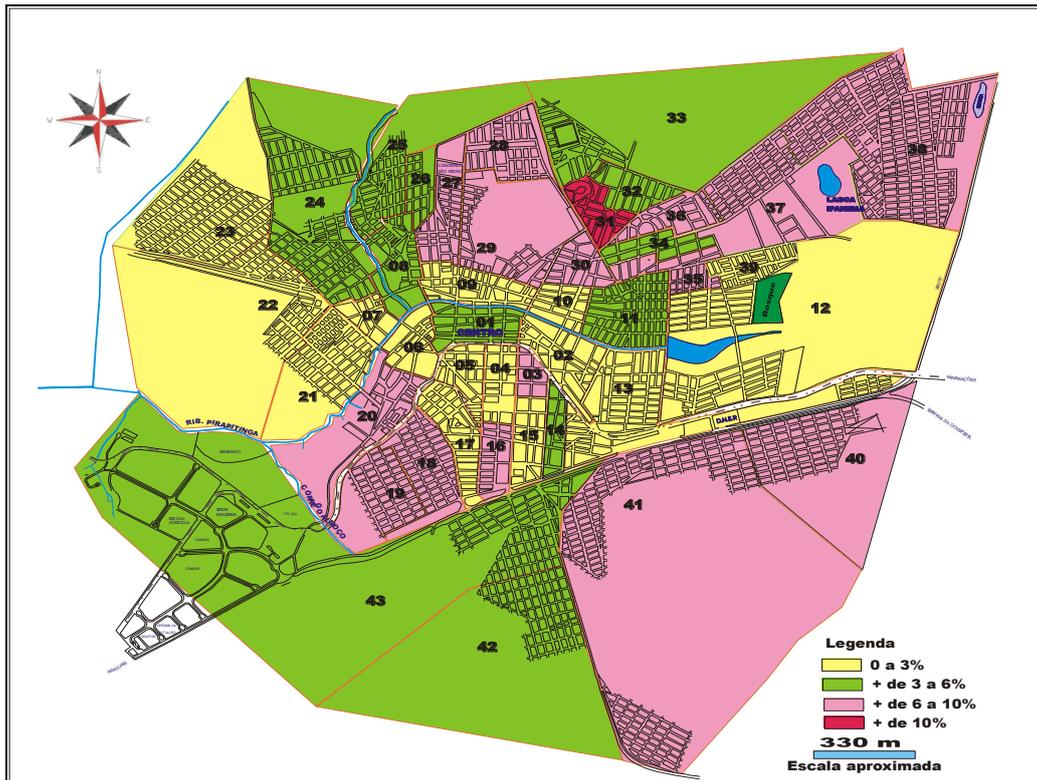
### Distribuição espacial do IDH-educação em Catalão.

A análise comparativa da classificação dos setores censitários em ordem decrescente mostrou que em 2000, ocorreram mudanças em praticamente todas as posições, com exceção do 4º lugar ocupado pelo setor 10 em 1991, que se repetiu em 2000. Isto aconteceu porque o índice educacional da população dos setores censitários evoluiu de forma não proporcional.

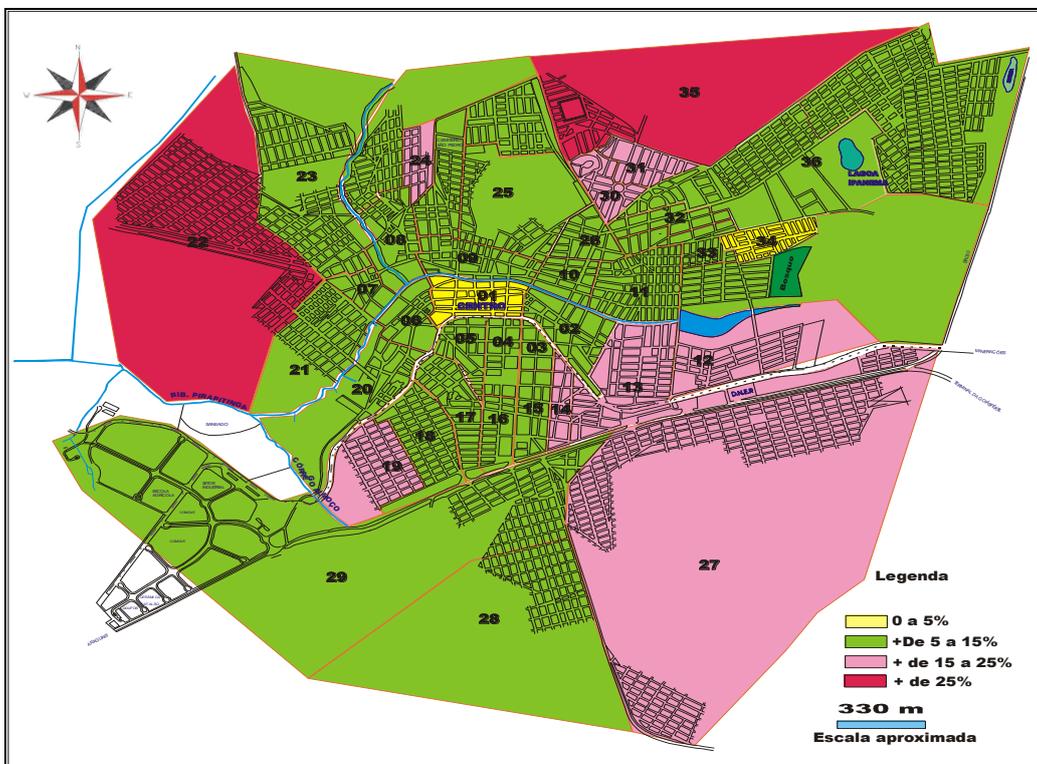


**Figura 7** - Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 7 a 14 anos na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.

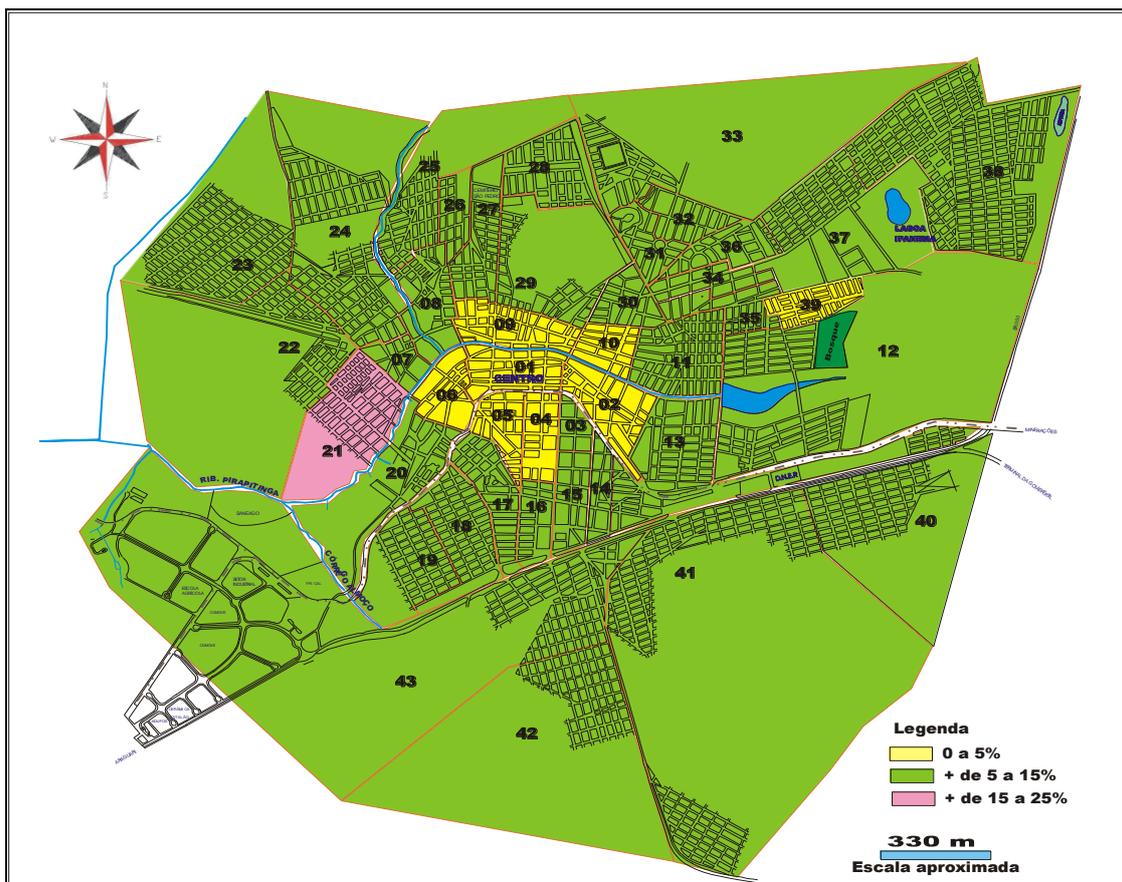
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.



**Figura 8** - Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas entre 7 a 14 anos na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 2000.  
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.



**Figura 9** - Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 15 anos e + na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.  
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.



**Figura 10** - Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 15 anos e + na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.  
 Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

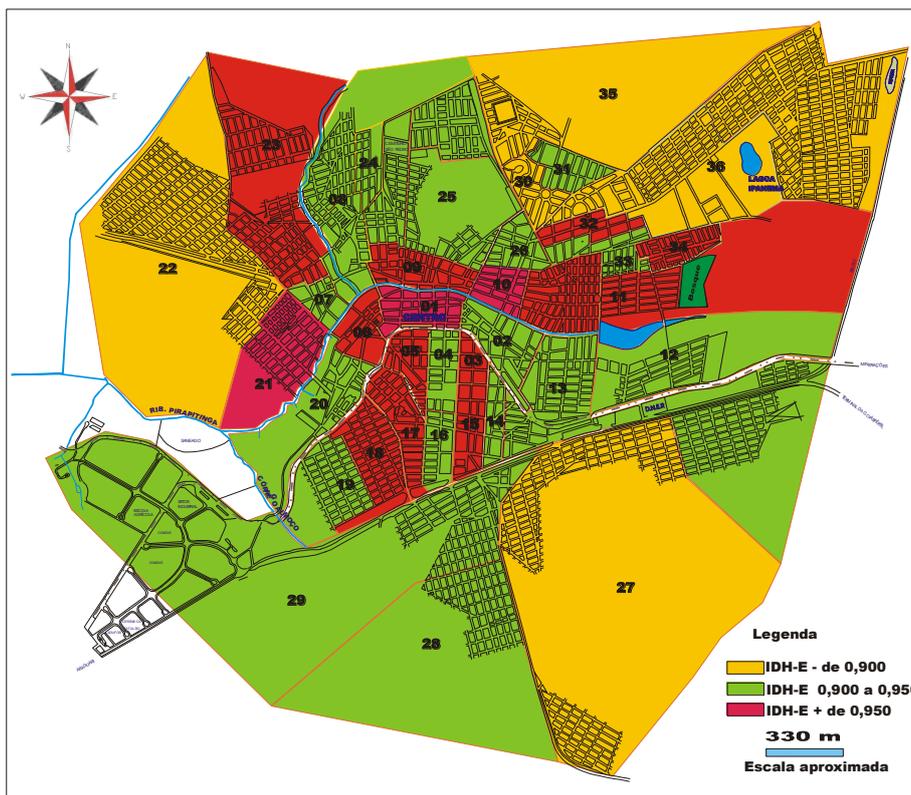
As oscilações verificadas tanto para menos, quanto para mais na classificação foi devido aos aumentos diferenciados de acesso a educação da população. Assim, se em 1991, dos 36 setores, em 14 deles (38,9%) o IDH-E estava acima de 0,900, em 2000, este percentual tinha se elevado para 75%, ou seja, o aumento verificado no acesso a educação repercutiu também, na elevação do IDH-educação dos setores censitários. Uma constatação feita em relação ao IDH-educação de 2000, foi a de que muitos setores que tinham sido separados tinham níveis de escolaridade diferenciados.

Portanto, o processo de agregação dos dados de 2000 não permitiu que estas disparidades aparecessem nas figuras, conforme realmente se encontram os indicadores de educação nos bairros em que estes setores foram criados. Neste caso, pode ser citado o setor 23, em 2000. Estas alterações na classificação dos setores censitários também podem ser avaliadas, observando a distribuição espacial dos níveis de educação contidos nas figuras anteriores.

Para finalizar esta análise do perfil educacional da população do município e, especificamente, da cidade de Catalão, buscou-se identificar aspectos sobre a educação para um futuro próximo. Com este objetivo verificou-se, junto aos gestores públicos e privados quais eram os planos para esta área vital, visando a elevação dos níveis de qualidade de vida das pessoas.

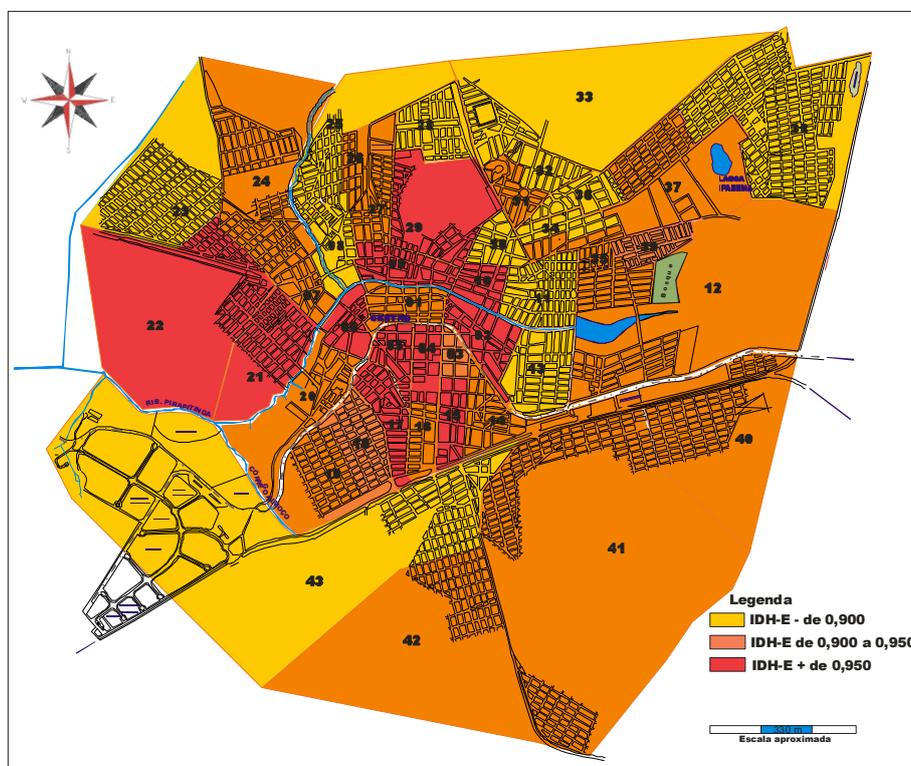
Com relação ao ensino fundamental (de 1ª a 8ª série) e pré-escola, o que está em execução, segundo a Secretária de Educação do Município, é a continuidade da melhoria das instalações das escolas municipais através de ampliação (para atender crianças de 5 a 6 anos) e as reformas naquelas já existentes, visando adequá-las aos princípios pedagógicos colocados em ação. Também, está em execução a construção de novas escolas voltadas para o atendimento da educação infantil e de pré-escola em bairros periféricos, onde o crescimento da população tem sido elevado. Segunda a titular da Secretaria, “tem sido feito um esforço considerável para dar uma melhor qualificação aos professores da rede municipal, embora 93% deles tenham curso superior. Também, têm sido dadas as condições para que todos possam cursar pós-graduação”. Quanto ao analfabetismo, em convênio com o SESI, está em curso um programa de ação que visa continuar a identificar pessoas adultas e a incentivá-las a frequentar uma escola que possua turmas de alfabetização. Em relação a equipamentos, os investimentos estão voltados para a aquisição de brinquedos pedagógicos, montagem de bibliotecas infantis e instalação de computadores para pesquisas dos professores. Estas ações visam elevar, ainda mais, a qualidade do ensino, que tem sido reconhecido pelo Ministério da Educação através de vários prêmios concedidos.

Em relação a 2ª fase do 1º grau e 2º grau, de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, o que se pode verificar é que as ações básicas estão dirigidas para reformas de escolas, que em muitos casos, foram construídas na década de 1960 e 1970, bem como tem-se buscado dar continuidade ao processo de adaptação técnica dos equipamentos das escolas, principalmente, investindo na aquisição de computadores e eletrônicos; compra de livros para as bibliotecas; concessão de incentivos aos professores para que eles se qualifiquem, criando para isto, condições para cursar o 3º grau e frequentar cursos de pós-graduação.



**Figura 11** – Distribuição do IDH-educação, segundo os setores censitários urbanos de Catalão em 1991.

Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.



**Figura 12** – Distribuição do IDH-educação, segundo os setores censitários urbanos de Catalão em 2000.

Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A tendência das escolas estaduais é continuar a investir na criação de turmas de 2º grau e de aceleração escolar para jovens e adultos, visando adequar a formação das pessoas às exigências do mercado de trabalho. No 3º grau, as perspectivas de efetivação do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás em Catalão (atualmente com 25 cursos), como uma unidade acadêmica mantida com recursos federais, cria possibilidades de melhorar a estrutura dos cursos de graduação existentes e implantar novos que possam atender as solicitações por parte dos alunos secundaristas e as expectativas dos pais, em ver seus filhos cursando e concluindo um curso superior. O Campus da UFG abrirá ainda a possibilidade de se ampliar o número de cursos de pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) em parceria com os Departamentos da Universidade localizada em Goiânia. Isto possibilitará elevar o número de pessoas com curso superior, o que, por sua vez, trará implicações sobre a renda e a qualidade de vida destas pessoas.

### **Considerações finais**

Enfim, a análise sobre o perfil da educação da população do município mostrou que, na década de 1990, aconteceram avanços importantes que contribuíram para a melhoria de qualidade de vida das pessoas e colocou o município em 3º lugar em desenvolvimento humano no Estado. Agora se faz necessário criar condições para que as pessoas possam ampliar e permanecer o maior tempo possível estudando.

É importante ainda observar que todas as teorias que estudam a relação entre educação e distribuição da renda aceitam que uma das principais fontes de diferenças de renda (a acentuada desigualdade na posse da propriedade), é deixada intacta pela educação, exceto na medida em que esta proporciona acesso e informação sobre os meios de aumentar a renda originária da propriedade.

Há de se considerar que também existe um aumento considerável no nível de educação exigida pelos empregadores e dos níveis educacionais entre os desempregados. Assim, um trabalhador pode melhorar sua condição de vida e rendimentos futuros obtendo mais educação que as demais pessoas com as quais

concorre no mercado de trabalho. Ainda a educação pode ser usada para a mobilidade individual e social sem modificar a distribuição geral dos rendimentos e oportunidades.

Por sua vez, a expansão da educação pode ser uma fonte libertadora, que proporciona conhecimento, valores, atitudes e aspirações para uma participação política plena e democrática de todos os cidadãos. A educação pode ampliar as possibilidades para o pensamento, a comunicação, a cultura, a arte e assim por diante. Teoricamente os limites da educação só são encontrados nos limites de nossa imaginação.

## **Referências**

BRASIL. Ministério do Planejamento/IPEA. **Relatório do Desenvolvimento Humano no Brasil** (1996).

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Censos Demográficos de 1970, 80, 91 e 2000.**

\_\_\_\_\_. **Recenseamento geral do Brasil, 1890, 1900, 1910 e 1920.**

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Censos Agropecuários de 1970, 80, 91 e 1996.**

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Contagem da População, 1996.**

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Síntese de indicadores sociais 2000.** Estudos e Pesquisas. Informações demográficas e socioeconômicas, n 5. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. FIBGE. AJARA, C. **Região Centro-oeste. População.** 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **População e Condições sociais.** Disponível em: <[www.mct.gov.br/clima/comunic](http://www.mct.gov.br/clima/comunic)>. Acesso em: 08 de jun. de 2002.

BUENO, E. P. **A Segregação sócio-espacial: a (re) produção de espaços em Catalão, Go.** Dissertação (Mestrado em Geografia), 249 p. IGCE, Unesp – Rio Claro, SP. 2000.

CORAGGIO, J. L. **Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano 1, n 2, p. 77–99. 1º semestre de 1998.

LEMOS, A. e JIMÉNEZ, R. A. F. **Distribuição de renda, pobreza e desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <[www.unit.br/graduacao/economicas](http://www.unit.br/graduacao/economicas)>. Acesso em: 22 de jul. de 2002.

LEMOS, A. M. **Desenvolvimento humano e inclusão social no Brasil**. Disponível em: <[www.unit.br/graduacao/economicas](http://www.unit.br/graduacao/economicas)>. Acesso em: 20 de nov. 2002.

LEVIN, H. M. Educação e desigualdade no Brasil: uma visão geral. **Educação e desigualdade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

RICHARD, M. et al. **Labor market segmentation**. Lexington Books, 1975.

STACCIARINI, J. H. R. **Uma universidade para o sudeste goiano**. O Popular, 2000. p. 2

Recebido para publicação em junho de 2014

Aprovado para publicação em julho de 2014